



Júlia Mascarello¹ e Fábio Henrique Bittes Terra²

RESUMO

Por um lado, o presente trabalho objetiva estudar sistemas financeiros, bancos e o financiamento do desenvolvimento econômico sob uma análise keynesiana. Por outro lado, busca-se utilizar os apontamentos teóricos keynesianos para se analisar o sistema financeiro nacional a fim de compreender as funções por ele cumpridas para o financiamento do desenvolvimento da economia brasileira. Para tanto, a pesquisa até agora envolveu a compreensão do que é sistema financeiro, qual a sua origem, como ele opera e o modo como está organizado, em nível teórico e, também, em nível de Brasil – ainda que, neste último caso, em caráter ainda preliminar. O trabalho faz parte do projeto de pesquisa do orientador que intenta constituir o regime de política monetária pós-keynesiano. Através do estudo da bibliografia sobre sistema financeiro, bancos, política monetária, financiamento do desenvolvimento, o trabalho, que ainda está em andamento, tem confirmado a importância do papel do sistema financeiro das economias na promoção do desenvolvimento econômico.

INTRODUÇÃO

Por entender-se que a concepção clássica sobre o sistema financeiro não consegue explicar as implicações das instituições financeiras no crescimento econômico, seja como financiador do desenvolvimento, seja como causador de crises, vê-se a necessidade de compreender como essas instituições são capazes de condicionar a oferta de moeda na economia em uma perspectiva teórica alternativa.

Nesse sentido, esse trabalho objetiva estudar, por meio da perspectiva teórica keynesiana, a importância do sistema financeiro, principalmente no que se refere ao financiamento do investimento como elemento central para uma dinâmica econômica a fim da promoção do desenvolvimento, compreendido como a melhoria qualitativa e quantitativa dos níveis de renda per capita, com pleno emprego e distribuição igualitária da renda (Keynes, 1972). Em particular, objetiva-se ainda utilizar tal arcabouço teórico para analisar-se o sistema financeiro nacional, a fim de se apreender, em âmbito geral, sua estrutura, especificidades, avanços e problemas para o financiamento do desenvolvimento econômico brasileiro.

BIBLIOGRAFIA

Alves Jr., A.J.; Ferrari, F.; e Paula, L.F.. The post Keynesian critique of conventional currency crisis models and Davidson's proposal to reform the international monetary system. *Journal of Post Keynesian Economics*, vol. 22, n. 2, 2000, pp. 207–225.

Camargo, Patrícia Olga (2009). A evolução recente do setor bancário no Brasil [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 322 p. ISBN 978-85-7983-039-6. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

Carvalho, Fernando J. Cardim. *et al*/Souza, F. E. P; Sicsú, J; Paula, L. F. R; Studart, R. (2007) Economia monetária e financeira: teoria e política. Rio de Janeiro: Elsevier.

Keynes, J. M. (1972). *Essays in Persuasion* (The Collected Writings of John Maynard Keynes, v. IX). Londres: Macmillan.

Keynes, J. M. (1973). *The General Theory of Employment, Interest and Money*. (The Collected Writings of John Maynard Keynes, v. VII). Londres: Macmillan.

Paula, L. F. de. (2014) Sistema Financeiro, Bancos e Financiamento da Economia: uma Abordagem Keynesiana. Rio de Janeiro: Campus.

OBJETIVOS E METODOLOGIA

O objetivo geral do trabalho, por um lado, é estudar, a partir de uma perspectiva keynesiana como ocorre o financiamento da economia. Em particular, busca-se compreender qual o papel das instituições financeiras, em especial os bancos, no desenvolvimento econômico. Por outro lado, aplica-se este arcabouço teórico para se analisar o caso brasileiro.

Em termos de seus objetivos específicos, têm-se:

(i) Relacionar o financiamento da economia com o regime keynesiano de política monetária pós-keynesiano – sendo que o desenvolvimento de tal regime constitui o projeto de pesquisa do orientador;

(ii) Ao analisar o caso brasileiro, apresentam-se propostas, de cunho pós-keynesiano, para que o sistema financeiro nacional tenha um caráter mais promotor do financiamento do desenvolvimento econômico;

(iii) Sempre que possível, ilustrativo e cabível, serão feitas comparações entre o sistema financeiro nacional e o de outros países.

Este trabalho vem sendo desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica (textos, artigos e trabalhos para discussão) e pela análise de dados, em sua grande maioria secundários. A fonte de tais documentos são revistas acadêmicas, artigos publicados em anais de eventos, jornais impressos e virtuais.

CONCLUSÕES PRELIMINARES

Até este momento, observou-se como as mudanças na organização da economia internacional em períodos historicamente delimitados foram responsáveis por fazer com que algumas medidas fossem tomadas em âmbito do sistema financeiro nacional. Após os anos 1990, A evolução recente do sistema financeiro no Brasil tem principais características o incentivo à inovações e ao aumento do acesso ao financiamento via abertura da economia para bancos estrangeiros.

Porém, conclui-se, até aqui, que tal medida não seria a maior responsável por desencadear mudanças significativas, pois a fusão dos mercados de dívida pública para fins fiscal e monetária no período de alta inflação, algo não reformado com a estabilidade pós-Plano Real, atravanca os esforços para o financiamento privado de longo prazo, que se direciona aos investimentos produtivos. A partir disso, levantaram-se alguns questionamentos a respeito da atuação dos bancos e tem sido possível identificar possibilidades de reformas que minimizariam os impedimentos ao acesso ao financiamento.

Por reformas, autores como Carvalho (2009) entendem que é necessário o desenvolvimento de políticas que incentivem a modernização dos sistemas de análise de crédito e gerenciamento de risco no sistema bancário brasileiro. Dessa forma, talvez seria possível uma situação em que a necessidade dos investidores em demandar recursos fosse ao encontro da disposição dos poupadores em ofertar recursos. Além disso, acredita-se que deve haver uma ampliação das fontes de captação de recursos bancários, para que os financiamentos sejam viabilizados. Por fim, outras reorientações das ações dos bancos são consideradas válidas, como o incentivo a pequenas e médias empresas no mercado de títulos, em que, possivelmente, obteriam maiores quantidade e facilidade de acessar recursos, bem como a reorientação das próprias aplicações dos bancos, da dívida pública para os empréstimos ao setor privado.

(¹)Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia. Cursa o quinto período. Iniciante Científica do Programa PIBIC/UFU com bolsa do CNPq. E-mail: juliamascarello@gmail.com

(²)Professor do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: fbterra@ie.ufu.br